



# 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

---

Eixo: Política social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Educação.

## ações afirmativas no ensino superior: experiência extensionista no diálogo com estudantes de camadas populares

Carla Caroline Malcher Gomes<sup>1</sup>

Thayse Gonçalves Lobato<sup>2</sup>

**Resumo:** Esta pesquisa foi desenvolvida em uma escola pública na periferia de Belém, utilizando a metodologia aplicada a partir de um questionário com perguntas referentes às perspectivas de acesso nas Universidades Federais do Pará, objetivando reafirmar a importância das ações afirmativas no ensino superior e a sua contribuição na inserção de estudantes de camadas populares nas universidades.

**Palavras-chaves:** Extensão universitária. Ensino superior público. Ações afirmativas. Camadas populares.

**Abstrac:** This research was developed in a public school in the outskirts of Belém, using the methodology applied from a questionnaire with questions regarding the access perspectives in the Federal Universities of Pará. In order to reaffirm the importance of affirmative action in higher education and its contribution in the insertion of students of popular strata in the universities.

**Keywords:** University extension. Public higher education. Affirmative actions. Popular layers.

### INTRODUÇÃO

O estudo discute as ações afirmativas no ensino superior e o papel extensionista dos estudantes de camadas populares no “Programa Conexões de Saberes: Diálogo entre a Universidade e as Comunidades Populares” da Universidade Federal do Pará.

O debate acerca das ações afirmativas e sua contribuição na inserção de estudantes de camadas populares nas Instituições de Ensino Superior - IES é de suma importância, pois desde a criação das universidades elas têm sido ocupadas pela elite, o ensino superior constituiu-se como monopólio econômico, social e cultural das elites. Os ricos eram estimulados a ocupar as universidades para fortalecer e legitimar o seu lugar na estrutura social com o intuito de ampliação do seu poder (FERNANDES, 2006).

---

<sup>1</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <carlacaroline.contato@gmail.com>.

<sup>2</sup> Estudante de Graduação. Universidade Federal do Pará. E-mail: <carlacaroline.contato@gmail.com>.

Dessa forma, durante séculos as instituições de ensino superior refletiam a estratificação social e as suas desigualdades de poder na sociedade. Houve a mudança desse quadro quando as pautas de democratização à universidade passaram a tomar espaço na sociedade e principalmente nas do governo; incentivando as políticas públicas de acesso e expansão das vagas, bem como ações afirmativas voltadas para as camadas populares.

Para o PCS<sup>3</sup> é fundamental “construir diálogos e saberes, difundir e ampliar conceitos e práticas, e proporcionar conhecimentos no seu plano mais eficaz: a reflexão” (CARTILHA PCS, s.a, pag.15). As instituições buscam formar profissionais que trabalhem na realidade social, que esta formação seja responsável e realista, compreendendo que a consciência sobre uma sociedade de direitos estar na convivência social com o outro (JANTKE; CARO, 2003).

O trabalho foi desenvolvido na Escola Dr. Celso Malcher, bairro da Terra Firme, periferia de Belém, Estado do Pará, através do “Projeto Conectando Saberes no Ensino Médio” para levar a temática das ações afirmativas como ingresso nas IES. Inicialmente, se fará breves considerações acerca das ações afirmativas no ensino superior sobre as formas de acesso como o Programa Universidade para Todos -Prouni, Sistema de Seleção Unificada - SISU, Sistema de Cotas, Reservas de Vagas e outros. Nesse sentido, faz-se uma reflexão do papel extensionista enquanto sujeitos de formação de cidadania.

## **2 BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE AS AÇÕES AFIRMATIVAS NO ENSINO SUPERIOR**

As ações afirmativas trazem a inclusão social, política e cultural dos estudantes de camadas populares, objetivam equiparar essas desigualdades sociais, colocadas à sociedade de classes. Além disso, são medidas compensatórias para promover a implementação do princípio da igualdade material. A ideia de oportunidade esta pautada na necessidade de amenizar as desigualdades econômicas e sociais, afim de promover justiça social (GOMES,2005).

---

<sup>3</sup> Programa Conexões de Saberes.

De acordo com Dray (1999, apud GOMES, 2005, p. 49) diz ser [...]

[...] a concepção de uma igualdade puramente formal, assente no princípio geral da igualdade perante a lei, começou a ser questionada, quando se constatou que a igualdade de direitos não era, por si só, suficiente para tornar acessíveis a quem era socialmente desfavorecido as oportunidades de que gozavam os indivíduos socialmente privilegiados. Importaria, pois, colocar os primeiros ao mesmo nível de partida. Em vez de igualdade de oportunidades, importava falar em igualdade de condições. (apud GOMES, 2005, p. 49).

Como afirma Gomes “elas visam a combater não somente as manifestações flagrantes de discriminação, mas também a discriminação de fato, de fundo cultural, estrutural, enraizada na sociedade”(p.51). Dessa forma, são políticas sociais, públicas ou privadas, como tentativas de concretização da igualdade material.

Ainda segundo o autor, a definição de ações afirmativas está:

[...] como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero, por deficiência física e de origem nacional, bem como para corrigir ou mitigar os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e o emprego. (GOMES, 2005, p.55)

Como objetivos, as ações afirmativas têm a implementação de uma maior diversidade e de representatividade nos espaços de poder, seja no público ou privado, fomentam as realizações individuais. Desse modo, para que haja nas posições do Estado e do mercado de trabalho representações dos grupos socialmente excluídos, dentro desse processo de mobilidade social ascendente.

## **2.1 LEI DE COTAS, SISU E PROUNI**

A Lei 12.711/2012 conhecida como Lei de Cotas trata do ingresso de estudantes autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, as IES vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, estes deverão ser oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário mínimo e meio *per capita*.

O Programa Universidade para Todos - PROUNI destina-se à concessão de bolsas de estudo integrais e parciais de cinquenta por cento ou de vinte e cinco por cento, para estudantes de cursos de graduação, em instituições privadas de ensino

superior. O Sistema de Seleção Unificada seleciona os candidatos às vagas das instituições públicas de ensino superior que utilizarão a nota do Exame Nacional do Ensino Médio como ingresso nos seus processos seletivos, a seleção é feita pelo Sistema com base na nota obtida pelo candidato no Enem.

Ainda, com tais ações o processo de seleção para pleitear uma vaga continua determinado nos princípios da meritocracia e ignora as desigualdades de ensino e renda; para Bourdieu (2002, p.53), "a equidade protege melhor os privilégios do que a transmissão aberta aos privilegiados". Diante disso, mesmo com a expansão das vagas para o ensino superior, os estudantes de camadas populares continuam com menor chance de entrada pela falta de uma base cultural, econômica e estudantil.

### **3 O PAPEL DO ESTUDANTE EXTENSIONISTA**

O debate acerca das ações afirmativas possibilita aos jovens universitários de origem popular, que ingressaram pelo sistema de cotas ou reservas de vagas, desenvolverem e ampliarem a capacidade de intervenção em seu território de origem. Dessa forma, houve o diálogo através do Projeto Conectando Saberes no Ensino Médio com estudantes de camadas populares da Escola Dr. Celso Malcher localizada na Terra Firme, bairro periférico da cidade de Belém.

Segundo Junkte e Caro (2013) o compromisso social da universidade deve estar para além da preocupação com os menos favorecidos, mas também, na formação dos seus estudantes que precisam ser cientes de sua cidadania para assim construir conhecimentos em favor da sociedade.

Dialogar junto a esses estudantes sobre as formas de acesso ao ensino superior público é mostrar diversas possibilidades de alcançar um sonho, visto que os mesmo, em sua maioria, desejam acessar a educação superior. Além disto, é discutir e afirmar a importância da educação pública, gratuita e de qualidade.

Para além de favorecer a pesquisa, a extensão constrói saberes junto a universidade para devolver a sociedade esses tais saberes (JUNKTE; CARO, 2013). Nessa perspectiva, afirma-se o papel do Projeto Conectando Saberes no Ensino Médio, que leva até às escolas a discussão sobre ações afirmativas com propósito de fomentar e ampliar o conhecimento desses estudantes sobre as diversas formas de acesso à universidade.

Fortalecer o conhecimento acadêmico dos estudantes de origem popular, desenvolvendo a capacidade de intervir em prol dessas comunidades populares junto aos jovens e adultos da escola pública (CARTILHA PCS, s.a). Tendo em vista, a condição social dos estudantes, estimular os mesmos a ocuparem seus espaços por meios dessas ações políticas é um dos papéis dos conexionistas.

O acesso ao ensino superior é a possibilidade de uma formação profissional qualificada. Ainda, significa superar as desigualdades sociais, econômicas, culturais, etc., que são impostas às camadas populares, pois a grande maioria dos estudantes são os primeiros de suas famílias a ingressarem no ensino superior. Portanto, o ensino superior público é um projeto também familiar, buscando melhores condições de vida.

A partir do exposto, os estudantes em sua formação acadêmico-profissional corroboram também para a articulação entre a instituição universitária e as comunidades populares com a devida troca de saberes e experiências. Deste modo, visando a erradicação dos processos de exploração, opressão e alienação dos sujeitos, visto que na contemporaneidade a educação responde aos interesses do capital.

A atuação extensionista dentro do PCS de fato é uma:

Troca de saberes sistematizados– acadêmico e popular, ter como consequência a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade(JUNKTE; CARO, 2013, p. 99).

A extensão é um “processo pedagógico que visa à formação cidadã para a conquista de uma sociedade efetivamente de direitos” (JUNKTE; CARO, 2013, p. 106). Os programas e projetos têm de enfrentar os problemas advindos da situação de marginalidade vivenciada pelas camadas populares, assim a extensão deve trabalhar pela conscientização dos direitos e deveres. (JUNKTE; CARO, 2013)

A extensão, como projeto educativo do ensino superior, é fundamental na formação dos estudantes, pois proporciona a conscientização de sua realidade social e desperta o desejo de mudança pessoal e social. A eficácia dessa ação pedagógica está nas considerações que o estudante terá sobre o ser humano e a sociedade (JUNKTE; CARO, 2013, p.101).

A extensão é um “processo pedagógico que visa à formação cidadã para a conquista de uma sociedade efetivamente de direitos” (JUNKTE; CARO, 2013, p. 106). Os programas e projetos têm de enfrentar os problemas advindos da situação de

marginalidade vivenciada pelas camadas populares, assim a extensão deve trabalhar pela conscientização dos direitos e deveres. (JUNKTE; CARO, 2013)

## REFERÊNCIAS

BRASIL. BRASÍLIA. Decreto-lei nº 7824, de 11 de outubro de 2012. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato20112014/2012/Decreto/D7824.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2012/Decreto/D7824.htm)>. acesso em: 10 mai. 2019. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5493.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5493.htm)>. Acesso em: 12 mai. 2019.

BOURDIEU, P. **A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura**. Tradução de Aparecida Joly Gouveia. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (Orgs.). Pierre Bourdieu: escritos de educação. Petrópolis: Vozes, 2007.

CARTILHA. **Programa Conexões de Saberes: Diálogo entre a universidade e comunidades populares, PET/Conexões de Saberes: Novo diálogo entre a UFPA e as comunidades populares**. Disponível em: <<http://conexoesdesaberesufpa.blogspot.com/p/cartilhas.html>>. Acesso em: 08 mai. 2019.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito**. Constitucional Brasileiro. In: SANTOS, S. A. (Org.). Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Brasília: UNESCO, 2005. p.47-82.

FERNANDES, F. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Globo, 2006.

JANTKE, Regina Vazquez Del Rio; CARO, Sueli Maria Pessagno. **A extensão e o exercício da cidadania**. In: SIVERES, L. (Org.). A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem. Brasília: Livro, 2013. p. 97-108.

MEC/SEPIR – **Ministério da Educação/Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial**. Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília, DF: MEC/SEPIR, out. 2004.

ROMANELLI, **A História da educação no Brasil (1930/1973)**. Petrópolis: Vozes, 2012.